



Democratização e acessibilidade no ensino superior em Portugal: mudanças recentes

Luisa Cerdeira* e Belmiro Cabrito*

*Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. *Autores para correspondência. E-mails: luisa.cerdeir@ie.ulisboa.pt; b.cabrito@ie.ulisboa.pt*

RESUMO. Em Portugal, desde há algumas décadas, assistiu-se a um crescimento explosivo da procura de ensino superior, o mesmo ocorrendo, aliás, com o número de graduações, evidenciando um processo de construção de um ensino superior de massas. Todavia, este crescimento terá tido efeitos significativos no nível de acessibilidade e na democratização do sistema? São estas as interrogações que fundamentam o presente artigo. Nesse sentido, os autores apresentam alguns conceitos de acessibilidade (geral e financeira) e, a partir do valor de indicadores de natureza académica (taxa real de escolarização e de graduação do ensino superior) e de natureza financeira (custos totais de educação, PIB per capita e Rendimento Mediano do País), bem como da estrutura económico-social dos estudantes do ensino superior em Portugal, em duas datas distintas, 2010 e 2015, discutem a evolução da acessibilidade e a democratização do ensino superior português, no período 2010-2015. Os autores concluem ter ocorrido um ligeiro acréscimo quer do nível de acessibilidade quer dos estratos sociais de recrutamento do ensino superior, mas permanecendo o país, ainda assim, muito aquém do que se verifica em alguns dos países parceiros de Portugal na União Europeia.

Palavras-chave: acessibilidade, ensino superior, Portugal.

Democratization and accessibility in higher education in Portugal: recent changes

ABSTRACT. In Portugal, since a few decades ago, there has been an upsurge in the demand for higher education, as well as in the number of undergraduate courses, evidencing a process of construction of mass higher education. Has this growth, however, had a significant effect on the level of accessibility and democratization of the system? These are the questions of this article. In this sense, the authors present some concepts of accessibility (general and financial) and, based on the indicators of academic nature (real rate of schooling and graduation in higher education) and financial nature (total education costs, GDP per capita and Median Income), as well as the socio-economic structure of higher education students in Portugal, on two different periods, 2010 and 2015, discuss the evolution of accessibility and the democratization of Portuguese higher education in the period 2010-2015. It can be concluded that there has been a slight increase in both the level of accessibility and the social strata of higher education recruitment, but the country remains, however, far short of that verified in some of Portugal's partner countries in the European Union.

Keywords: accessibility, higher education, Portugal.

Democratización y accesibilidad en la enseñanza superior en Portugal: cambios recientes

RESUMEN. En Portugal, desde hace algunas décadas, se observó un crecimiento explosivo de la búsqueda por la enseñanza superior, lo mismo se percibió con el número de graduaciones, evidenciando un proceso de construcción de una enseñanza superior de masas. Sin embargo, éste crecimiento habrá tenido efectos significativos en el nivel de accesibilidad y en la democratización del sistema? Son estas las interrogaciones que fundamentan el presente artículo. En este sentido, los autores presentan algunos conceptos de accesibilidad (general y financiera) y, a partir del valor de indicadores de naturaleza académica (tasa real de escolarización y de graduación de la enseñanza superior) y de naturaleza financiera (costes totales de educación, PIB per capita y Renta Media del País), así como de la estructura económico-social de los estudiantes de la enseñanza superior en Portugal, en dos fechas distintas, 2010 y 2015, discuten la evolución de la accesibilidad y la democratización de la enseñanza superior portuguesa, en el período 2010-2015. Los autores concluyen haber ocurrido un pequeño aumento tanto del nivel de accesibilidad como de los estratos sociales de reclutamiento de la enseñanza superior, pero, aun así, permaneciendo el país muy por debajo de lo que se verifica en algunos de los países asociados de Portugal en la Unión Europea.

Palabras-clave: accesibilidad, enseñanza superior, Portugal.

Introdução

Falar de democratização do acesso ao ensino superior conduz-nos a refletir num duplo registo: por um lado, quantitativo – quantos alunos frequentam esse nível de ensino? Como tem evoluído essa frequência? ...; por outro, um registo de natureza qualitativa – quem são os alunos do ensino superior?

Efectivamente, o crescimento dum sistema educativo não obrigatório por si só não garante que as condições de acesso permitam a qualquer indivíduos tornar-se num candidato real ao ensino superior. Naturalmente, o aumento quantitativo do número de estudantes do ensino superior em qualquer país é indispensável para garantir a democraticidade desse subsistema de ensino – maiores taxas reais de escolarização devem implicar bases sociais de recrutamento mais alargadas e diversificadas. Todavia, um sistema educativo pode crescer mantendo fracos níveis de equidade. Tudo depende das condições de acesso e, em consequência, dos níveis de acessibilidade que crescem realmente se atingirmos um sistema de ensino superior de massas.

O propósito do presente artigo é, exactamente, o de compreender o que se vem passando em Portugal e o seu sistema de ensino superior. Cresceu? Como e quando? Tornou-se mais acessível permitindo e potenciando a sua democratização e elevando os níveis de equidade? Democratizou-se, portanto?

A resposta às questões colocadas obrigam a procurar números – os números que nos permitem afirmar se o sistema cresceu ou não. E, correlativamente, a medir a acessibilidade do sistema para o que se recorre à caracterização social e económica dos estudantes do ensino superior português em diferentes datas e à maior ou menor dificuldade financeira para os estudantes que acederam ao ensino superior, de aí permanecerem até final. Para esta medida da acessibilidade recorreremos ao nível de rendimentos dos estudantes e/ou respectivos agregados familiares e a dois indicadores que vêm a ser utilizados internacionalmente: o PIB *per capita* e o Rendimento Mediano Português.

Antecedendo a apresentação e análise dos dados disponíveis, discutimos, em termos teóricos, a questão da acessibilidade e sua medição.

Acessibilidade

Conceito

Face aos benefícios da educação superior, quer para os indivíduos, quer para a sociedade, torna-se muito importante promover e incentivar a

acessibilidade do ensino superior, de modo a que os benefícios e retornos deste segmento educativo possam ser acessíveis a toda a população, potenciando dessa forma o desenvolvimento de toda a sociedade.

A expansão do ensino superior e o aumento do nível educacional da população constitui uma das principais estratégias para o desenvolvimento da economia do conhecimento impondo-se, pois, a questão da equidade no acesso a esse nível educativo e, conseqüentemente, a do apoio que os governos podem e estão dispostos a conceder para promover e maximizar a equidade do sistema e, assim, fomentar o alargamento da base social de recrutamento dos candidatos ao ensino superior.

Pelo papel que o ensino superior desempenha no desenvolvimento de indivíduos e de sociedades (Figueiredo, & Portela, 2017) e por uma questão de justiça social, valor que estrutura as sociedades democráticas, a questão da equidade no acesso ao ensino superior é uma questão central na definição das políticas de financiamento (Cabrito, 2002; Cerdeira, 2009; Lopes, 2013), reconhecendo-se em geral a necessidade de promover a equidade no acesso e, em particular, na ultrapassagem das barreiras financeiras que entravam a frequência do ensino superior.

A maneira mais imediata de definir acessibilidade será a de saber a quantas pessoas se dá a oportunidade de aceder ao ensino superior, sendo que os sistemas mais alargados surgem mais abertos e acessíveis do que os mais pequenos. A acessibilidade (objectiva) do ensino superior será, pois, a capacidade (subjectiva) de a generalidade das pessoas, qualquer que seja a sua proveniência social e económica, ter entrada no ensino superior em situação de razoável equidade.

A equidade (ou a desigualdade) no acesso ao ensino superior depende das oportunidades (lado da oferta), das aspirações (lado da procura) e dos processos de selecção ou estratificação social. As oportunidades que os jovens podem vir a ter dependem, entre outros factores, dos recursos financeiros afectados pelos governos ao ensino superior. Por sua vez, as aspirações dos estudantes vão depender, além de outros elementos culturais, dos custos da educação, dos benefícios decorrentes da obtenção de um grau superior (ou pelo menos da percepção que os estudantes e as suas famílias tenham desses benefícios), e dos riscos que os estudantes queiram correr em caso de falharem ou não concluírem o grau.

Naturalmente, um factor determinante na capacidade para um indivíduo se candidatar ao ensino superior e, depois desse acesso, permanecer até ao final

dos estudos é o factor financeiro pois são de diversa natureza e, em geral, elevados, os custos que os estudantes são forçados a realizar para atenderem ao ensino superior.

Os custos totais de educação, em conformidade com autores como Johnstone (1986), englobam, basicamente, custos de uma dupla natureza: os custos de educação, que são os custos institucionais, custos associados directamente à frequência do ensino superior (taxas de frequência, material didáctico) e os custos de vida, custos que os estudantes realizam como indispensáveis à frequência do ensino superior (alimentação, transportes, habitação, vestuário, saúde, lazer, ...).

Obviamente, os custos totais de educação (de educação e de vida) variam em conformidade com o contexto socioeconómico do estudante, com o tempo e com a instituição frequentada. Todavia, apesar dessas diferenças, há um denominador comum na relação custos de educação-frequência/acessibilidade: os custos que os estudantes são forçados a realizar para frequentar o ensino superior podem impedir a frequência a alguns candidatos por incapacidade financeira. No entanto, numa sociedade democrática, justa e equitativa, todos têm o direito de usufruir da educação pelo que a sociedade deverá promover as medidas necessárias a esse usufruto universal (Lopes, 2013).

É neste contexto que se espera do Estado o desempenho de um papel essencial de apoio aos estudantes para providenciar fundos públicos de forma a reduzir os custos privados para que os estudantes que não possuem meios financeiros suficientes para frequentar o ensino superior, o possam realizar. Isto é, o apoio social aos estudantes, qualquer que seja a forma que tome, tem sempre como objectivo a diminuição ou o desaparecimento das barreiras financeiras à frequência do ensino superior e elevar os níveis de equidade e de justiça social do sistema educativo.

A generalidade da literatura que se refere à acessibilidade do ensino superior destaca as barreiras financeiras como um todo, ainda que nessa noção caibam três aspectos diferentes, mas interligados entre si: o constrangimento do preço, o constrangimento financeiro ou de tesouraria e, finalmente, o da aversão à dívida.

O constrangimento do preço ocorre, conforme a teoria do capital humano o descreve, quando um estudante considera que o custo da frequência do curso de ensino superior é demasiado elevado relativamente ao benefício ou aos ganhos que poderá obter após se diplomar. É dentro desta abordagem que encontramos a noção de 'preço líquido'.

Os governos, perante este problema, podem querer ajudar os estudantes a entrar no ensino superior, e para isso terão que fazer baixar o 'preço líquido' o que pode ser operado pela redução das propinas pagas por todos os estudantes, ou pela concessão de bolsas ou subsídios a todos ou a determinados grupos de estudantes.

Para o grupo dos que ultrapassam esta primeira barreira financeira, outro problema se pode colocar, relacionado com a barreira de tesouraria ou de liquidez. Nestes casos, os estudantes ou as suas famílias não dispõem de parte ou de todos os recursos necessários para cobrirem os custos que têm que enfrentar. Uma solução possível para este constrangimento pode passar pela concessão de um empréstimo. Contudo, os empréstimos podem suscitar uma forte resistência, havendo em certos grupos socioeconómicos uma forte aversão à dívida pelo que serão os estudantes que têm uma maior capacidade para lidar com essa situação os beneficiários desses empréstimos. Ironicamente, os estudantes que não têm aversão à dívida são, em geral, os jovens cujo capital económico lhes permite endividar-se sem recearem um dia não terem capacidade para pagar o empréstimo, ou seja, são os jovens oriundos dos estratos sociais mais favorecidos tornando esta forma de apoio – o empréstimo subsidiado – num instrumento de natureza regressiva, como se tem vindo a verificar em Portugal (Cabrito, 2002; Cerdeira, 2009; Cerdeira, Patrocínio, Cabrito, Machado, & Brites, 2012).

A questão da 'aversão a contrair empréstimos' ainda pode ter outra consequência negativa nos níveis de equidade do sistema: alguns dos estudantes que resistem a contrair dívidas podem sentir-se incentivados a trabalhar a tempo inteiro ou em tempo parcial para conseguirem recursos para o prosseguimento dos seus estudos. Mas muitos dos que sentem estes constrangimentos de liquidez e são avessos a contrair dívidas podem desistir de se inscrever no ensino superior, havendo assim uma tensão significativa ou mesmo uma recusa em contrair um empréstimo, que obviasse a barreira da liquidez. Nesta situação, o constrangimento só será ultrapassado com a concessão de bolsas de estudo, que são atribuídas a fundo perdido.

Ainda que não sejam pacíficas as razões, sabe-se que os estudantes provindos de famílias mais desfavorecidas e de baixo capital cultural são particularmente afectados por todas estas três barreiras, mesmo não se sabendo se o fenómeno é uma causa ou consequência de outros problemas. Em consequência, os únicos instrumentos de apoio financeiro que poderão elevar os níveis de equidade de um sistema educativo são os apoios a fundo

perdido, as bolsas, maioritariamente concedidas pelo Estado.

Outros apoios não-reembolsáveis ou a fundo perdido, podem ser a concessão de empréstimos a juro 0%; o perdão ou a redução do valor do reembolso do empréstimo até ao final do curso; a diminuição ou a dedução das despesas de educação nos impostos sobre o rendimento; a aplicação de taxas mais favoráveis para as poupanças destinadas a financiar a educação; a contribuição para as contas poupança para a educação; e, subsídio nos serviços de alojamento e de alimentação como acontece, nomeadamente, com as residências e cantinas universitárias que permitem o acesso dos estudantes a serviços a preços abaixo do custo.

De acordo com Usher (2006), as bolsas desempenham duas funções importantes no que respeita à acessibilidade do ensino superior. A primeira reside no facto de as bolsas de estudo aumentarem o poder de compra de curto prazo dos estudantes, reduzindo a 'saída de dinheiro' do orçamento corrente do estudante e, portanto, reduzindo os custos de educação. Desta forma, as bolsas aumentam o ratio do custo-benefício da educação, compensando os custos totais de educação (propinas, custos de vida ou de manutenção, e o custo de oportunidade). De resto, só as bolsas conseguem mudar o preço/valor líquido e afectar o ratio do custo-benefício (os empréstimos podem também reduzir a despesa, mas não interferem no valor líquido).

Medir a acessibilidade

O conceito de acessibilidade é polissémico, como reconhece Rounce (2004, p. 1-2):

The term access, narrowly defined, is used to refer to participation in any type of post-secondary education. [...] More recent research has begun to acknowledge and explore gradation in access, including differentiating between college and university attendance, university undergraduate, professional, and graduate degrees, institutional choices, and affordability¹.

A acessibilidade do ensino superior pode, pois, ser vista, subjectivamente, por dois ângulos. Um que diz respeito à capacidade genérica para frequentar o ensino superior, e outro que perspectiva a capacidade financeira de pagar os custos inerentes à frequência do ensino superior.

Lee (2005) considera que se os estudantes têm a percepção de que os benefícios esperados ultrapassam os custos do ensino superior, então eles irão frequentar a educação superior se:

- 1) O número de vagas no ensino superior permitir a sua inscrição;
- 2) Os estudantes possuírem as condições exigidas pelos critérios de acesso definidos pelas instituições de ensino superior;
- 3) Os estudantes possuírem os meios financeiros para pagar os custos associados à frequência do ensino superior.

Se as taxas de participação e os níveis de inscrição nos podem dar informação como indicadores de acessibilidade, o nível das propinas e de apoio social podem ser usados como os indicadores da capacidade financeira para frequentar o ensino superior. Ainda que estas definições possam parecer simples, obter uma medida da acessibilidade é, como referem Usher e Cervenán (2005), algo bem mais difícil de atingir. No presente estudo, tenta-se discutir a acessibilidade ao ensino superior em Portugal a partir da evolução de 4 indicadores que, por si só não medem essa acessibilidade mas que, no conjunto, permitem perceber a tendência do sistema:

- Taxa real de escolarização no ensino superior - taxa de participação, nos termos de Usher e Cervenán (2005) -, expressa como a fracção de estudantes de determinada idade inscritos no ensino superior face ao conjunto da totalidade da população com a mesma idade; este indicador, todavia, levanta um obstáculo que se prende com o facto de frequentar o ensino superior não significa sucesso, isto é, não garante que se obtenha o diploma respectivo;
- Taxa de graduação que ajuda a corrigir aquele problema associado à taxa real de escolarização;
- Dificuldades financeiras medidas pelo peso dos custos totais de educação no rendimento dos estudantes/agregados familiares e sua comparação com o PIB *per capita*;
- Dificuldades financeiras medidas pelo peso dos custos totais de educação no rendimento dos estudantes/agregados familiares e sua comparação com a mediana do rendimento do país.

Acessibilidade no ensino superior, em Portugal, na última década

Escolarização e graduação no ensino superior – capacidade genérica de acesso ao ensino superior

Nas últimas décadas, concretamente desde meados do século XX e na sequência da instauração de democracia no país em 1974, assistiu-se ao crescimento da procura de ensino superior a um ritmo vertiginoso. Desde 1974 até aos nossos dias, a frequência de ensino

¹ O termo acesso, na sua definição estrita, é utilizado por referência à participação em qualquer tipo de educação pós-secundária. [...] Estudos recentes começaram a reconhecer e a explorar a gradação no acesso, incluindo a diferenciação entre frequência universitária, programas universitários de licenciatura, de profissionalização e de pós-graduação, escolhas institucionais e acessibilidade.

superior aumentou mais de 9 vezes (PORDATA, 2017). Esse crescimento contínuo ao longo de quase 40 anos conheceu um abrandamento e mesmo uma quebra já no nosso século, decorrente da crise económica e financeira que o país viveu e que conduziu o governo, de centro direita, à adopção de uma agressiva política de austeridade que se reflectiu, também, na procura de ensino superior.

Vejam os comportamentos da procura de ensino superior nas últimas décadas (Figura 1).

Como se pode observar pelos valores da Figura 1, assistiu-se a uma procura explosiva de educação superior, mau grado a quebra ocorrida a partir de 2010 sendo de registar, todavia, que nos últimos dois anos se registou um acréscimo dessa procura o que parece evidenciar que se assiste a uma inversão dessa tendência decrescente acompanhando a mudança de governo depois de eleições gerais em 2015 de que decorreu a constituição de um governo de esquerda. Quando se analisa a evolução da taxa real de escolarização do ensino superior podemos concluir uma evolução semelhante à do número de matrículas: um enorme crescimento dessa taxa desde finais do século XX até 2010 a que se sucedeu uma quebra entretanto contrariada nos últimos anos.

Anos	Nº de matrículas	Taxa real de escolarização %
1990	157 869	17,7 (1993)
2000	373 745	20,0 (aprox.)
2010	383 627	31,9
2015	349 658	31,4
2016	356 399	33,1

Figura 1. Procura total e taxa real de escolarização ensino superior, em Portugal 1990 – 2016.

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC], (2017), (PORDATA, 2017).

Os números que a Figura 1 regista permitem afirmar, com a cautela necessária, por dizer respeito apenas ao número de matrículas, que se terá assistido a um aumento da acessibilidade ao ensino superior em Portugal, nas últimas décadas indiciando um processo de construção de um ensino superior de massas (Trow, 1973). Todavia, como atrás se referiu, este indicador não nos indica o sucesso que os estudantes matriculados tiveram pelo que, de seguida se apresentam dados relativos à evolução do número de graduados do ensino superior no período em causa.

De igual modo, os valores da Figura 2 demonstram que o grau de acessibilidade do ensino superior em Portugal tem vindo a crescer denotando a mesma tendência que a evolução do número de matrículas e taxa real de escolarização: crescimento explosivo desde os finais do século passado, interrompido na primeira década do presente século que, espera-se, venha a retomar o crescimento acompanhando o crescimento do número de

matrículas e o melhor desempenho da economia portuguesa desde finais de 2015.

Anos	Nº de diplomados	Taxa (%)
1990	32 622	1,9
2000	54 255	5,3
2010	78 609	7,4
2015	76 892	7,4
2016	73 086	7,1

Figura 2. Evolução do número total de graduados (1º, 2º e 3º ciclos do ensino superior) e por 1000 habitantes (%).

Nota: Diplomados no ensino superior por mil habitantes = (Diplomados no ensino superior no final do ano civil / População residente no final do ano civil)* 1000.

Fonte: DGEEC (2017) e PORDATA (2017).

Ambos os indicadores nos mostram uma evolução positiva na construção de um ensino superior de massas e, portanto, com maiores níveis de equidade o que significa maiores níveis de acessibilidade. Todavia, a análise ficaria incompleta se não utilizássemos indicadores de capacidade financeira.

Custos de educação, PIB per capita e mediana do rendimento dos portugueses - capacidade financeira de acesso ao ensino superior

Como referido atrás, a acessibilidade do ensino superior não depende, apenas, do número de estudantes que se matriculam no ensino superior; depende, também da capacidade dos indivíduos que se matriculam, poderem manter-se a estudar até à graduação, uma vez que para se manterem a frequentar o ensino superior os estudantes incorrem no conjunto diversificado de custos que são forçados a realizar sob pena de serem forçados a desistir daquela frequência.

Essa capacidade dá-nos a medida da acessibilidade financeira do ensino superior, isto é, refere-se concretamente à capacidade que os indivíduos de qualquer origem social têm para obter a educação que desejam pelo que este indicador se encontra estreitamente ligado às questões da igualdade de oportunidades, da equidade e da estratificação social como referem, entre outros, Hill, Winston e Boyd (2003) ou Usher e Steel (2006).

Pelo seu significado, é fundamental conhecer a acessibilidade financeira de um sistema educativo, pois o maior obstáculo à frequência do ensino superior prende-se exactamente com a capacidade que estudantes e respectivas famílias têm para fazer face aos custos que realizam com a frequência do ensino superior. E, nestes custos incluem-se, conforme Johnstone (1986) os custos de educação (os custos com as taxas de frequência e de exame, livros e material didáctico) e os custos de vida (conjunto de custos com que os estudantes se confrontam para ‘sobreviver’ como custos de

alimentação, de habitação, de transporte, de saúde, de lazer).

Para medir a acessibilidade financeira tem sido usual utilizar-se o PIB *per capita* de um país, comparando-o com os custos dos estudantes. É um indicador muito utilizado por diferentes razões nomeadamente a facilidade de cálculo e a sua utilização pela Comunidade Internacional nas comparações internacionais já que parte do indicador macroeconómico mais utilizado na medição do desempenho económico de um país: o PIB. Apenas a título de exemplo, constata-se que o PIB *per capita* foi o indicador utilizado por Usher e Cervenán (2005) no seu estudo *HE Rankings, Affordability and Accessibility in Comparative Perspective*, conduzido no quadro do *Educational Policy Institute* por Usher e Cervenán em 15 países.

Todavia, quer o PIB quer o PIB *per capita* são grandezas que não revelam, realmente, a realidade em virtude de o seu cálculo enviesar muito as análises. O PIB, como é sobejamente sabido, não traduz, realmente, a produção de um país na medida em que deixa de lado toda a produção para autoconsumo e não consegue contabilizar toda a mais-valia resultante da economia paralela; por seu turno, o PIB *per capita* não só sofre dos problemas decorrentes da forma de cálculo do PIB como, ao ser uma média (uma vez que se obtém dividindo o PIB pelo número total de habitantes), camufla as desigualdades na distribuição de rendimentos, desigualdades tanto maiores quanto menos desenvolvidos são os países e mais frágeis as economias.

No sentido de ultrapassar essas desvantagens, ultimamente a OECD, no seu estudo *Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OECD Countries* (Organization of Economic Co-operation and Development [OECD], 2008), introduziu um novo indicador, o Rendimento Mediano das Famílias (*median household income*) que corresponde ao valor em que se regista mais casos na distribuição do rendimento num país tornando-se, desta forma, num indicador mais claro e objectivo da forma de distribuição daquele rendimento evidenciando de forma mais clara e transparente as desigualdades na distribuição do rendimento de um país.

Neste sentido, de seguida, apresentam-se dados que permitem 'medir' a acessibilidade financeira do ensino superior português utilizando, portanto, o PIB *per capita* Português (PORDATA, 2017) e o respectivo Rendimento Mediano (OECD, 2011, 2016); para os custos de educação utilizaram-se os resultados de dois questionários aplicados pelos autores a 2 amostras representativas dos estudantes do ensino superior em Portugal, nos anos de 2010 e 2015 (Cerdeira, Patrocínio, Cabrito, Machado &

Brites, 2012; Cerdeira, & Cabrito, 2017) no quadro de dois projectos de pesquisa financiados pela Fundação Calouste Gulbenkian cujos objectivos eram, entre outros, o de conhecer a condição social e económica dos estudantes do ensino superior em Portugal bem como os respectivos custos totais de educação.

Vejam, nas Figura 3 e 4, a relação custos dos estudantes do ensino superior *versus* PIB *per capita* e Rendimento Mediano Português, em 2010 e 2015, respectivamente.

A análise dos dados da Figura 3 evidenciam, desde logo, a diferença significativa existente entre os dois indicadores: o valor do PIB *per capita* é duplo do valor do Rendimento Mediano, evidenciando, realmente, a fragilidade de análises que assentam, apenas, no valor do PIB.

Independentemente desta constatação, pode perceber-se que a frequência do ensino superior em Portugal não é fácil. Em 2010, para ter um filho a frequentar o ensino superior, uma família gastava 33,0% do PIB *per capita* e 63,6% do Rendimento Mediano dos Portugueses. Os dados revelam, pois, um sistema de ensino superior que, em 2010, não era facilmente acessível em termos financeiros, ainda que, como se viu anteriormente, tenha crescido de forma explosiva nas últimas décadas. Vejam o que se passou entretanto nos últimos anos. Observem-se os valores da Figura 4.

Em 2015, frequentar o ensino superior exigia, dos estudantes e respectivas famílias, 30,6% do PIB *per capita* e 62,8% do Rendimento Mediano Português, números que atestam bem as dificuldades por que passam muitos jovens para aceder ao ensino superior, em Portugal.

Ao compararmos as situações de 2010 e de 2015 percebe-se que a situação melhorou ao longo do período. Todavia, essa melhoria é tão pouco significativa que se pode afirmar que nos últimos anos a acessibilidade financeira no ensino superior em Portugal se manteve estável, sendo para a maioria das famílias um encargo muito pesado no rendimento do agregado familiar e impedindo muitas delas de suportar esses custos com o evidente fraco crescimento ou diminuição do número de candidatos ao ensino superior.

Para melhor se perceber como o esforço que se pede aos Portugueses para frequentarem o ensino superior é demasiado elevado, observe-se, na Figura 5, o que se passa em alguns países da União Europeia e do Mundo e a posição relativa de Portugal nesse conjunto. Note-se que se apresentam dados relativos à situação em 2010, em virtude de se desconhecem estudos semelhantes em anos posteriores.

	Euros €	% PIB <i>per capita</i>		Euros €	% do Rendimento Mediano
(1) PIB <i>per capita</i> (€)	17 018	-	(1) Rendimento Mediano (€)	8 823	-
(2) Custos de educação	1 935	11,4	(2) Custos de educação	1 935	21,9
(3) Custos de vida	4 690	27,6	(3) Custos de vida	4 690	53,2
(4)=(2)+(3) Custos totais	6 624	39,0	(4)=(2)+(3) Custos totais	6 624	75,1
(5) Apoio em bolsas por estudante	341	-	(5) Apoio em bolsas por estudante	341	-
(6)=(4)-(5) Custo Líquido	6 283	36,9	(6)=(4)-(5) Custo Líquido	6 283	71,2
(7) Deduções fiscais Educação	670	-	(7) Deduções fiscais Educação	670	-
(8)=(6)-(7) Custo líquido após dedução fiscal	5 613	33,0	(8)=(6)-(7) Custo líquido após dedução fiscal	5 613	63,6
(9) Empréstimo por estudante	0	0,0	(9) Empréstimo por estudante	0	0,0
(10)=(4)-(5)-(9) Custos totais	6 283	36,9	(10)=(4)-(5)-(9) Custos totais	6 283	71,2
(11)=(10)-(7) Custos totais após deduções fiscais	5 613	33,0	(11)=(10)-(7) Custos totais após deduções fiscais	5 613	63,6

Figura 3. Custos dos estudantes do ensino superior *versus* PIB *per capita* e Rendimento Mediano Português, em 2010, em euros.

Fonte: CESTES 1 – Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português. Relatório CESTES (Cerdeira & Cabrito, 2014).

	Euros €	% PIB <i>per capita</i>		Euros €	% do Rendimento Mediano
(1) PIB <i>per capita</i> (€)	17329	-	(1) Rendimento Mediano (€)	8435	-
(2) Custos de educação	1718	9,9	(2) Custos de educação	1718	20,4
(3) Custos de vida	4727	27,3	(3) Custos de vida	4727	56,0
(4)=(2)+(3) Custos totais	6445	37,2	(4)=(2)+(3) Custos totais	6445	76,4
(5) Apoio em bolsas por estudante	345	-	(5) Apoio em bolsas por estudante	345	-
(6)=(4)-(5) Custo Líquido	6099	35,2	(6)=(4)-(5) Custo Líquido	6099	72,3
(7) Deduções fiscais Educação	800	-	(7) Deduções fiscais Educação	800	-
(8)=(6)-(7) Custo líquido após dedução fiscal	5299	30,6	(8)=(6)-(7) Custo líquido após dedução fiscal	5299	62,8
(9) Empréstimo por estudante	0	0,0	(9) Empréstimo por estudante	0	0,0
(10)=(4)-(5)-(9) Custos totais	6099	35,2	(10)=(4)-(5)-(9) Custos totais	6099	72,3
(11)=(10)-(7) Custos totais após deduções fiscais	5299	30,6	(11)=(10)-(7) Custos totais após deduções fiscais	5299	62,8

Figura 4. Custos dos estudantes do ensino superior *versus* PIB *per capita* e Rendimento Mediano Português, em 2015.

Fonte: Projecto CESTES 2 – Os Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português 2015/2016 (Cerdeira & Cabrito, 2017).

Os valores da Figura 5 mostram bem como a acessibilidade financeira do ensino superior em Portugal era muito baixa, particularmente quando comparada com a dos seus parceiros na União Europeia. De facto, se tivermos em conta os custos totais de educação (custos de educação + custos de vida), deduzidos das deduções fiscais que são concedidas pelos governos para educação e, ainda, o apoio social concedido aos estudantes sob a forma de bolsas de estudos e de apoio a empréstimos estudantis de natureza bonificada, podemos concluir que o peso do custo total líquido sobre o rendimento mediano em Portugal, em 2010, ascendia a cerca de 65%, só ultrapassado pelos Estados Unidos da América (71%), Austrália (77%), Japão (108,8%) e México (173,8%), países que não pertencem à União Europeia e cujo ensino superior é, tradicionalmente, um sistema marcado pela privatização e pelo mercado.

De relevar, outra vez, que os valores dizem respeito a 2010. Todavia, crê-se que estes valores podem servir de exemplo/padrão para posicionar Portugal na Comunidade Internacional, mesmo em 2015, uma vez que os dados relativos a este ano não são, como se percebeu atrás, particularmente melhores relativamente

aos estudantes e a sua capacidade para pagar a frequência e manutenção no ensino superior até à graduação.

Condições económicas dos estudantes do ensino superior Português, em 2010 e 2015

Do exposto, pode afirmar-se que entre 2010 e 2015, não se registou uma melhoria significativa na acessibilidade financeira ao ensino superior, em Portugal. Por outro lado, os indicadores de acessibilidade genérica também informam que o período em análise foi um período de crise: diminuição do número de matrículas e do número de graduados.

No entanto, a taxa real de frequência do ensino superior já coloca Portugal na via de um ensino superior de massas, na tipologia de Trow (1973). Este facto, levou-nos a fazer outra comparação: a da condição económica dos estudantes do ensino superior, nas duas datas. Para tal, recorreremos aos já citados questionários aplicados pelos autores a 2 amostras significativas dos estudantes do ensino superior, utilizando as respostas dadas acerca da percepção que os inquiridos têm acerca do rendimento dos agregados familiares.

	Custos Totais	Rendimento Mediano	%	Ranking
Alemanha	6.250	22.020	28,4	1 ^o
Noruega	8.096	26.623	30,4	2 ^o
Holanda	10.348	28.032	36,9	3 ^o
Finlândia	7.977	21.010	38,0	4 ^o
França	8.047	20.650	39,0	5 ^o
Dinamarca	9.443	22.929	41,2	6 ^o
Suécia	9.265	20.716	44,7	7 ^o
Letônia	6.223	13.646	45,6	8 ^o
Canadá	13.007	26.623	48,9	9 ^o
Nova Zelândia	10.670	19.265	55,4	10 ^o
Inglaterra e P. Gales	14.844	24.652	60,2	11 ^o
Portugal	8.778	11.145	78,8	12^o
Austrália	19.352	23.017	84,1	13 ^o
EUA	23.615	26.990	84,1	14 ^o
Japão	24.802	22.790	87,5	15 ^o
México	8.108	4.615	175,7	16 ^o

Figura 5. Custos totais dos estudantes do ensino superior *versus* o rendimento mediano, em alguns países, em 2010, em dólares EUA PPPs (*).

(*) 1€ Euro = 1,32515 Dólar de acordo com OANDA Conversor, referenciado a 31/12/2010.

Fonte: Usher e Medow (2010), Cerdeira e Cabrito (2014), para Portugal.

As respostas dos inquiridos foram agrupadas em 3 grupos, em função do limiar de rendimentos utilizado para caracterizar esta população: famílias de rendimentos elevados, para rendimentos superiores a 1500 € mensais; famílias de rendimentos médios, para rendimentos compreendidos entre 870 e 1500 € mensais; famílias de rendimentos baixos, para rendimentos inferiores a 870 € mensais.

Observe-se a situação revelada pelos 2 questionários acerca do nível de rendimentos dos estudantes portugueses do ensino superior em 2010 e 2015, na Figura 6.

Rendimento	2010	2015
Alto	38,2	36,7
Médio	43,8	46,7
Baixo	18,0	16,6

Figura 6. Distribuição dos estudantes do ensino superior, em Portugal, em 2010 e 2015, em função do nível de rendimento mensal do agregado familiar.

Nota: Rendimento alto > 1500€/mês; Rendimento médio, entre 1500 e 870€/mês; Rendimento baixo < 870€/mês.

Fonte: Cabrito, Cerdeira, Patrocínio, Machado-Taylor, Brites, & Curado (2017).

Os valores da Figura 6 ajudam a confirmar aquilo que os indicadores de acessibilidade atrás apresentados, revelam: entre as duas datas, o ensino superior em Portugal viveu um processo de democratização/universalização, mas pouco significativo. No total, a percentagem de jovens oriundos dos estratos sociais com níveis de rendimento mais elevado diminuiu no total dos estudantes (1,5%), evidenciando assim um ligeiro alargamento da base social de recrutamento dos estudantes do ensino superior e, portanto, um ligeiro aumento do nível de acessibilidade do sistema de ensino superior Português, no período estudado.

Considerações finais

Do exposto, podemos concluir que, de alguma forma, se tem vindo a assistir a uma melhoria no grau de equidade do ensino superior em Portugal, nas últimas décadas, como os números das matrículas e das graduações evidenciam.

Também podemos concluir que essa equidade aumentou de forma significativa de finais do século passado para princípios deste século sendo que, nas últimas décadas se tem mantido.

De igual modo, quando se analisa o nível de acessibilidade financeira do sistema, pode concluir-se que entre 2010 e 2015 se assistiu a uma melhoria do sistema mas pouco significativa.

Por outro lado, quando se compara a estrutura socioeconómica dos estudantes do ensino superior português em 2010 e 2015, verifica-se que os jovens oriundos dos estratos de rendimentos médio e baixo cresceram em 1,4%. Sendo um valor muito baixo não deixa de representar uma tendência para a democratização e universalização do sistema.

Quando comparamos o grau de acessibilidade do ensino superior português com o de outros países, nomeadamente membros da União Europeia e da OECD, verificamos que os estudantes portugueses do ensino superior se encontram na pior condição possível face aos seus colegas europeus evidenciando um sistema de ensino superior ainda pouco acessível.

Finalmente, combinando a evolução dos indicadores de acessibilidade genérica e de capacidade financeira bem com a estrutura socioeconómica dos estudantes, é possível afirmar que o nível de acessibilidade do ensino superior português apresenta uma tendência positiva, ainda que melhorando de forma lenta, dado que também a economia portuguesa tem vindo a ter melhores

desempenhos nos últimos anos, mas também a ritmos baixos. Todavia, as expectativas colocadas à economia portuguesa no novo contexto político sugerem um caminho lento mas progressivo no sentido de maior acessibilidade, democratização e universalização do ensino superior, em Portugal.

Referências

- Cabrito, B. (2002). *Financiamento do ensino superior: condição social e despesas de educação dos estudantes universitários em Portugal*. Lisboa, PT: EDUCA.
- Cabrito, B., Cerdeira, L., Patrocínio, T., Machado-Taylor, M. L., Brites, R., & Curado, A. P. (2017). Origem socioeconómica dos estudantes do ensino superior em Portugal 1995-2015. In *Actas do XXIV Colóquio AFIRSE Portugal* (p. 436-437). Lisboa, PT.
- Cerdeira L (2009), *O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos*. Coimbra, PT: Almedina.
- Cerdeira, L., & Cabrito, B. (Eds.), (2014). *Custos dos estudantes do ensino superior portugueses. Relatório CESTES 1. Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior*. Lisboa, PT: EDUCA.
- Cerdeira, L., & Cabrito, B. (Eds.), (2017). *Custos dos estudantes do ensino superior portugueses. Relatório CESTES 2. Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior*. Lisboa, PT: EDUCA.
- Cerdeira, L., Patrocínio, T., Cabrito, B., Machado, L., & Brites, R. (2012). Portuguese Higher Education Student's Costs: Two Last Decades View. In *Problems of Education in the 21 st Century* (Vol. 47, p. 16-26).
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC]. (2017). *Dados atualizados em outubro de 2017*. Recuperado de http://w3.dgeec.mec.pt/dse/cef/indicadores/Indicador_1_5.asp
- Figuciredo, H., & Portela, M. (2017). *Benefícios do ensino superior*. Lisboa, PT: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Hill, C., Winston, G., & Boyd, S. (2003). *Affordability: family incomes and net prices at highly selective private colleges and universities, William College*. Recuperado de <http://www.williams.edu/wpehc/DPs/DP-66r.pdf>.
- Johnstone, D. B. (1986). *Sharing the costs of higher education. student financial assistance in the United Kingdom, The Federal Republic of Germany, France, Sweden and the United State*. New York, NY: College Board Publications.
- Lee, J. S. H. (2005). *Access to postsecondary education: a comparative study of British Columbia and Ontario* (Tese de Doutorado). Faculty of Graduate Studies, The University of British Columbia, Colúmbia.
- Lopes, M. C. (2013). Educação, desenvolvimento e conhecimento: novas roupagens da troca desigual sob a globalização. O caso da África Subsahariana. In E. Azevedo-Harman, B. Ardití, & C. A. Riso (Ed.), *Grandes lições* (Vol. 2, p. 111-136). Lisboa, PT: Fundação Calouste Gulbenkian/Edições Tinta-da-China.
- Organization of Economic Co-operation and Development [OECD]. (2008). *Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OECD Countries*. Paris, FR: OECD.
- Organization of Economic Co-operation and Development [OECD]. (2011). *Society at a Glance, OECD Indicators*. Paris, FR: OECD.
- Organization of Economic Co-operation and Development [OECD]. (2016). *Society at a Glance, OECD Indicators*. Paris, FR: OECD.
- PORDATA. (2017). *Base de Dados Portugal Contemporâneo. Milhares de estatísticas sobre municípios, Portugal e a Europa*. Recuperado de: <https://www.pordata.pt/>
- Rounce, A. (2004). *Access to postsecondary education: does class still matter?* Saskatoon, CA: Canadian Centre for Policy Alternatives.
- Trow, M. (1973). *Problems in the transition from elite to mass higher education*. [S.l.]: Carnegie Commission on Higher Education.
- Usher, A. (2006). *Grants for students, what they do, why they work*. Toronto, CA: Educational Policy Institute, Canadian Education Report Series.
- Usher, A., & Cervenán, A. (2005). *Global higher education rankings, affordability and accessibility in comparative perspective*. Toronto, CA: Educational Policy Institute.
- Usher, A., & Medow, J. (2010). *Global HE rankings 2010, affordability and accessibility in comparative perspective*. Toronto, CA: Educational Policy Institute.
- Usher, A., & Steel, K. (2006). *Beyond the 49th Parallel II, the affordability of university education*. Toronto, CA: Educational Policy Institute.

Received on November 29, 2017.

Accepted on December 4, 2017.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Luisa Cerdeira: Professora Auxiliar do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, desde 2010; Membro do Grupo de Investigação “Políticas de Educação e Formação” da UIDEF da Universidade de Lisboa, desde 2010. Pró-Reitora da Universidade de Lisboa (2010-2013). Chefe de Gabinete do Reitor da Universidade de Lisboa (2010). Administradora da Universidade de Lisboa (2000-2010). Directora (Recursos Humanos, Físicos e Financeiros) na Direcção Geral do Ensino Superior (1990-2000). Coordenadora

Executiva PRODEP II/ Fundos Europeus - Ensino Superior (1994-2000). Presidente da FORGES – Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (Reeleita 2015 a 2018). Presidente da FORGES – Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (2012 a 2015). Consultora Externa – Especialista em Financiamento do Ensino Superior em 2010, 2011 e 2012 do Banco Mundial, com o objectivo de realizar o estudo de Avaliação do Sistema de Ensino Superior em Cabo Verde, tendo ficado responsável pelo capítulo do Financiamento. Membro do Comité Executivo da rede HUMANE (*Heads of University Management & Administration Network in Europe*) desde 2006 (eleita para o período 2008-2012), representando o grupo de países de Portugal, Espanha, Grécia, Chipre; Membro do Secretariado Executivo da RAUI (Rede dos Administradores das Universidades Ibero-Americanas) desde 2005. Participação como convidada pela Presidência do Conselho Nacional de Educação na emissão de pareceres e na revisão do documento “Estado da Educação 2010 e 2011”, no que diz respeito à capítulos referentes ao Ensino Superior e Investigação.

E-mail: luisa.cerdeir@ie.ulisboa.pt

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2217-7822>

Belmiro Cabrito: Doutoramento em Ciências da Educação – Políticas Educativas e Organização do Ensino pela FPCEUL – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 2000. Tese intitulada: Financiamento do Ensino Superior. Condição Social e Despesas de Educação dos Estudantes Universitários em Portugal. Orientador Prof. Doutor António Sampaio da Nóvoa. (aprovado com distinção e louvor). - Mestrado em Ciências da Educação – Políticas Educativas e Organização do Ensino pela FPCEUL, 1993. Dissertação intitulada: Formação em Alternância: quatro estudos de caso. Orientador Prof. Doutor António Sampaio da Nóvoa. (aprovado com Muito Bom). - Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas – Ponderação Sociológica, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 1978, com 15 valores. - Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa, 1972, com 14 valores. Actividade profissional Desde Agosto de 2011: Professor Associado Aposentado do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Docente universitário entre 1989 e 2011 na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação/Instituto de Educação da Universidade de Lisboa onde: - leccionou as disciplinas de Educação e Desenvolvimento, Organização e Gestão da Formação, Gestão Financeira da Educação, Economia da Educação e Metodologias de Investigação; - coordenou os cursos de Mestrado em Ciências da Educação (2006-2011), Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade (2009-2011), Curso de Formação Avançada (doutoramento, 2008-2011); - coordenou a Área Políticas Educativas. Administração Educacional. Formação de Adultos e Sociologia da Educação” (2007-2010); - coordenou o Grupo de Investigação em Educação de Adultos, da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (2008-2014). Colaboração docente regular - desde 2012, com os Instituto Superior de Gestão, Lisboa, e Instituto Superior de Línguas e Administração, de Gaia, onde dirigiu o Seminário de Investigação e de Empreendedorismo. - em 2012 leccionou a disciplina de Economia da Educação nos cursos de Mestrado em Administração da Educação e de Pedagogia no ISCED - Instituto Superior de Educação de Luanda e orientou, com sucesso, dos estudantes de mestrado de Administração da Educação.

E-mail: b.cabrito@ie.ulisboa.pt

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0420-5639>

NOTA:

Luisa Cerdeira e Belmiro Cabrito foram responsáveis pela redação do manuscrito, revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final a ser publicada.